

A MATRIZ PARANÓICA DO AMOR EM *O PRÍNCIPE COM ORELHAS DE BURRO* DE JOSÉ RÉGIO

The matrix of love in *O príncipe com orelhas de burro* (The prince with donkey ears)

Nadiá Paulo Ferreira ¹

Resumo

A leitura de *O Príncipe com Orelhas de Burro* de José Régio visa, principalmente, destacar as seguintes questões: os compromissos estéticos do movimento *Presença*, o recurso da alegoria no sentido de Walter Benjamin e a estrutura paranoica do herói.

Palavras-chave: Literatura, Psicanálise, José Régio

Abstract

The reading of *O príncipe com orelhas de burro* (*The prince with donkey ears*), by José Régio is designed mainly to highlight the following issues: the aesthetic obligations of *Presença* movement, the use of allegory in the sense of Walter Benjamin and the structure of paranoid hero.

Keywords: Literature, Psychoanalysis, José Régio

¹ Psicanalista/Corpo Freudiano Escola de Psicanálise. Seção Rio de Janeiro. Professora Titular de Literatura Portuguesa/Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

O livro *O Príncipe com Orelhas de Burro*, do escritor português José Régio aponta para alguns compromissos estéticos com o movimento presencista. Em 1927, a revista *Presença*, criada por José Régio, João Gaspar Simões e Branquinho da Fonseca, funda um movimento artístico que, segundo os historiadores da literatura portuguesa, inaugura a segunda fase do modernismo português. Este movimento visava retomar a contribuição do grupo *Orpheu* (Lisboa, 1915), que inseriu a literatura portuguesa no compasso da modernidade, e dar continuidade ao projeto órfico de revisão da literatura portuguesa para resgatar os seus grandes momentos.

O modernismo português (1915), ao contrário do Futurismo (1909) e do modernismo brasileiro (1922), não apresenta uma postura radical contra o passado. Os integrantes de *Orpheu*, ao contrário dos futuristas, não se voltaram com fúria contra a tradição. Eles têm como proposta a revalorização das obras que contribuíram com originalidade para a construção de uma literatura nacional. Fernando Pessoa, por exemplo, considera Antônio Vieira o maior prosador e artista da língua portuguesa e a *Pátria*, de Guerra Junqueiro, a obra mais importante daqueles últimos trinta anos, vindo, inclusive, na frente de *Os Lusíadas*, que ocuparia “honrosamente o segundo lugar.” (Pessoa, 1976, p.343) Aliás, para Fernando Pessoa, os dois grandes escritores que antecederam o modernismo foram Guerra Junqueiro e Antônio Nobre: “o de Pátria e Finis Patriae — foi a face que olha para o Futuro, e se exalta. Antônio Nobre foi a face que olha para o Passado, e se entristece.” (Pessoa, 1976, p.344)

Além dos compromissos estéticos de *Presença*, o recurso da alegoria, no sentido de Walter Benjamin (1963), aponta para uma relação entre texto e contexto, totalmente diferente da concebida pelo neo-realismo, cujas fontes são os textos de Marx e de Engels. *Traslândia* é um lugar fictício. Isto não significa, em momento algum, que

este romance não esteja inserido na história e na cultura portuguesas. Simplesmente, o modo pelo qual se inscreve não segue o modelo historicista do neo-realismo. Uma voz paralela, tecendo comentários à margem, acompanha o relato do narrador. Na justaposição desses dois narradores, como se fosse ponto e contraponto, os eventos, ao mesmo tempo, têm como cenário o reino de *Traslândia* e como referência os episódios da história de Portugal.

O reino de *Traslândia*, lugar sem referência geográfica, estava sob o perigo das lutas pela sucessão, porque o casal real não conseguia ter filhos. Quantas vezes essa ameaça não se abateu sobre Portugal, fazendo com que, finalmente, perdesse a sua soberania, em 1580, e passasse sessenta anos sob o domínio espanhol.

Do drama português às vicissitudes do homem, uma estória é contada para falar de Portugal e para dissecar as relações entre os homens capturados pelo desejo de poder. De um lado, temos a subserviência dos cínicos e dos idiotas. De outro lado, temos os oprimidos, que se reúnem na *Taberna da Zizi Gorda*, onde se encena a revolta inconsistente de uma parcela do reino, que encontra refúgio e alento na bebida. Lá, eles se reúnem, todas as noites, para se embriagar, reclamar da miséria e sonhar com a vinda do Salvador, do Grande Chefe, do Pai, que irá conduzi-los às portas do palácio para depor o rei tirânico. Um dia, aparece o Grande Chefe que os conclama a revolta em *Nome-da-Liberdade*. Assim, da euforia de combate, insuflada pelo Grande Chefe, ao discurso de persuasão do príncipe Leonel, a festa acaba, quando Zizi bota toda “a cambada na rua.” (Régio, 1978, p.171)

Qualquer semelhança entre Leonel, o herói do romance, e D. Sebastião¹, o rei que desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir, em 4 de agosto de 1578, não é mera coincidência. Em torno de D. Sebastião, o Desejado, cria-se uma expectativa nacional

e os escritores não param de lhe vaticinar um destino sem par. O povo de Traslândia, também espera ansiosamente o nascimento do futuro herdeiro do trono. Assim que o príncipe nasce, três bruxas aparecem para traçar um destino marcado pelo maravilhoso: “Será inteligente, valente, leal; Será belo, forte, másculo; Será justo, generoso, enérgico.” (Régio, 1978, p.20) Tal qual Amadis, o donzel do mar, nosso herói será o representante ideal da Virtude e da Beleza. Só que, assim que termina a profecia das bruxas, aparece o Gênio da Floresta e anuncia: “Será um príncipe perfeito com orelhas de burro!” (Régio, 1978, p. 21)

Tanto D. Sebastião quanto Leonel estão a serviço de uma missão, têm uma fê inabalável e acreditam que detêm a Verdade. Tanto um quanto outro morrem envolvidos em circunstâncias misteriosas, o que faz com que seja abolida a morte, na medida em que, de alguma forma, sobrevivem à morte. “Do rei pouco se soube. A história fixou que ele combateu denodadamente e se embrenhou pela hoste inimiga até mais não ser visto.” (Pires, 1982, p.56)

Agora é que ele queria a vida, agora que vencera a sua disformidade, e era agora que ia morrer, senti-o. (Régio, 1978, p.303)

... A princesa Leticia era uma mulher forte. E bem precisava de sê-lo, para defender o perigoso tesoiro que lhe legara o marido! Desse tesoiro fazia parte uma formazinha que já se mexia em seu ventre, - o filho do príncipe perfeito com orelhas de burro. A dinastia estava salva. (p.303)

José Régio apropria-se da sintaxe dos relatos míticos, presente nas novelas de cavalaria, para operar transformações, tornando sem efeito a visada glorificante dessas narrativas. Além da incorporação dessa sintaxe, adota o mesmo recurso des-

as novelas para a organização dos capítulos: na titulação anuncia-se o que será narrado. Dessa técnica surge a presença de dois narradores: um que tem a função de participar ao leitor o que será narrado e outro que faz parte da narração propriamente dita. A presença desses dois narradores, tal qual nas novelas de cavalaria, indica a justaposição de duas lógicas temporais: o futuro anterior que caracteriza, através da repetição, o eterno retorno do tempo mítico e o presente da narração propriamente dita. Ao final de cada capítulo, o círculo se fecha e o segundo narrador relata exatamente o que já tinha sido previsto pelo primeiro. A prolixidade dos títulos está diretamente ligada a este procedimento.

Os tempos mítico e narrativo coincidem com a divisão dos personagens e dos espaços. Os personagens humanos vivem os eventos, passam pelas provas e nada sabem. Os personagens fantásticos não se submetem as provas e detêm o saber do futuro. Quanto ao espaço, temos o palácio, suas redondezas e o mistério da espessa floresta. A ruptura do limite desses espaços exige um alto preço a ser pago. A rainha, ao ir para a floresta, espaço da magia, paga com a própria vida a dádiva (gravidez) que recebe.

Os personagens, que pertencem ao espaço mágico, detêm um saber com valor de verdade, tornando-se, assim, representantes do Outro. A cada ação realizada pelo herói se confirma o que foi predito por esses personagens, representantes do sujeito-suposto-saber. O futuro-anterior, que caracteriza a lógica do tempo mítico, atualiza-se no tempo narrativo, produzindo como efeito o entrecruzamento desses dois tempos. Por exemplo, a cada prova glorificante de Amadis se confirma a profecia de Urganda, assim como no decorrer do crescimento de Leonel se ratificam as profecias das bruxas e do Gênio da Floresta.

Logo após o nascimento do príncipe, o aparecimento do gênio da Floresta, que

raríssimas vezes adquire forma visível ao olhar humano, é a confirmação de outra cena (a ida da rainha a Floresta Encantada), que não é descrita pela narração:

(...) Entretanto, o velho atravessara a multidão, passou entre os guardas, subiu escadarias, deslizou ao longo de corredores e salões. Não o veriam os guardas, os lacaios, os cortesãos, as camareiras? **Grande era ele, e bem de se ver, com seus braços e pernas imitantes a troncos**, suas barbas que torrencialmente lhe inundavam o peito e o ventre, sua basta cabeleira revolvida como densa moita em que se encafurnam os ventos, **suas feições cortadas em angulosidades de rocha viva...** (Régio, 1978, p.21-22)

(...) Todos os olhos das nobres donas se voltaram igualmente para a porta. E nenhuma delas viu nada; nem ninguém. A seus olhos se furtava a extraordinária presença que se revelara o monstro sem pernas. O parecer daquelas pobres nobres donas - era que ninguém abriera a pesada porta da câmara... Todavia, todas estavam arrepiadas: É que o doairo da rainha era sobrenatural! (...) Era claro que a rainha viu alguém que ninguém mais via. Conversava com quem mais ninguém ouvia. (p.23-24)

(...) Só com o marido, a pobre mãe tentou reclinar-se na cama, puxou o filho a si, tirou-lhe a touca de rendas.

— Reparai... (...) Nada lhe faltava; nada tinha a mais. Só aquelas **orelhas de bicho...** (p.24-25. O grifo é meu)

A omissão da cena, em que a rainha penetra nos domínios do Gênio da Floresta, aponta para o mistério que cerca sua gravi-

dez, gerando em torno deste acontecimento uma série de ambiguidades. O narrador deixa entrever que houve um pacto entre a rainha e o Gênio da Floresta, o que implica que ela já sabia de três coisas: o pai de seu filho não era o rei, ela morreria assim que seu filho nascesse e ele teria todas as qualidades de uma **criança maravilhosa**, com exceção do par de orelhas de bicho, que seria a marca corporal do pai real. Vejamos algumas passagens do texto que indicam para essa outra cena:

Até que, certa manhã, a rainha se ergueu muito cedo, e se meteu a caminho em direcção ao imenso bosque para lá do Parque. (Régio, 1978, p.9)

Até onde se internara na parte verdadeiramente selvática da floresta, nunca ninguém soube. (p.11)

O ponto é que já se esparaiva o luar quando a rainha voltou; (...) A rainha vinha cheia de pó, cambados e rotos os seus sapatinhos verdes, amarrotada toda a seda da saia. Até trazia rubis de sangue na cara. No seu sorriso como nos seus olhos, porém, raiava um clarão que poucos viram, (...) Viu-o, de verdade, El-Rei, que não era cego de todo.

(...) A rainha arrastou seu marido para a câmara régia. Aninhando-se-lhe aos pés, disse-lhe:

— Pensei muito durante este passeio... Não mo censureis, porque decidi da nossa vida. Estou resolvida a afastar-me para que outra vos dê o filho que vos não posso dar... (...)

— Nunca tive tanta fé, meu senhor. Por amor de vós, ousei consultar o génio da Floresta; ir até onde me não julgara capaz... (...)

— Meu querido!... - suspirava ainda a rainha pela noite adiante. E, sen-

tindo-se desejado, solicitado com vibrante sinceridade, ele afogava em beijos ardentes como os das suas primeiras noites de amor essa meiga apelação que já se ia desacostumando de ouvir... (p.13)

Alguns meses passaram. Se os homens não fossem cegos, veriam que nos olhos da rainha, como no seu sorriso, um clarão continuava a anunciar grandes coisas. Nem seu marido, porém, tornou a reparar nesse indício, que uma tarde lhe gerara nos lábios palavras de exprobação e cólera.p.12-13)

(...) — o Gênio da Floresta existe. Procurei-o e encontrei-o. Consultei-o sobre o nosso caso. O Gênio da Floresta prometeu-me que teríamos um filho. Mas o nosso filho...(p.15)

As três bruxas anunciam o que, aparentemente, deveria ser uma prenda, embora seja nomeada de praga. E o Gênio da Floresta, insultando as três bruxas de parvas, afirma que irá doar uma prenda, o que nós, leitores, achamos engraçado, porque nos soa como uma terrível praga. As três bruxas, tal qual Urganda (*Amadis de Gaula*), na função de representantes do Outro, como suposição de saber, prevêm para o príncipe um destino semelhante ao de Amadis de Gaula. Mas, ao contrário desse herói cavalheiresco, Leonel não encontrará entre as mulheres uma Oriana para salvá-lo do seu terrível destino. (*Amadis de Gaula*,1996)

A chave de sua salvação ou perdição é dada pelo Gênio da Floresta, aquele que crava no corpo do príncipe a marca de uma paternidade real: as orelhas de burro. Essas orelhas não-humanas, como metáfora do pai real, terão que ser recalçadas para no seu lugar surgir o significante do Nome-do-Pai.

O rei resolve que as orelhas devem ser escondidas de todos, inclusive do pró-

prio príncipe. Essa decisão não faz outra coisa senão ratificar o discurso das três bruxas. Assim cresce nosso herói como se fosse um príncipe perfeito, já que suas orelhas de burro foram recalçadas. O príncipe precisa de um preceptor. Ministros, conselheiros e cortesãos esperam ser escolhidos para lugar tão honroso. Mas eis que aparece no palácio alguém cujo nome ninguém sabe e que nunca tinha sido visto antes. Todos ficam estupefatos, quando o rei escolhe esse estranho sem nome, que passa a ser chamado de Aio, para ser o preceptor do príncipe. Da mesma forma misteriosa que surge, desaparece quando o príncipe morre: “Foi junto do seu leito de morte que pela última vez se viu o misterioso Aio”. (Régio, 1978, p.305)

As orelhas de burro, sem simbolização e, portanto, fora do significado, permanecem como marca que vem do real e que não foi recalçada pela intervenção do significante Nome-do-Pai. Uma marca transmitida pelo desejo da mãe de ter um filho para assegurar a dinastia real e assegurada por um mestre sem nome.

Sem Lei, imerso na folia do princípio do prazer, real e imaginário, sem mediação simbólica, determinam a relação que Leonel estabelece com sua imagem corporal e com o mundo: um príncipe que, por não saber que tem orelhas de burro, acredita-se perfeito e portador da Verdade. Um príncipe perfeito que, ao descobrir suas orelhas de burro, permanece onde sempre esteve e, justamente por isto, retorna ao real, lugar de onde nunca saiu.

Leonel, por encarnar o falo, desconhece as orelhas que nunca teve e toma para si a imagem de perfeição que lhe é dada pelas três bruxas. Imerso na ilusão de plenitude, na posição de objeto do desejo da mãe (falo), se vê como portador da Verdade e Reformador do mundo. Leonel, o príncipe que descobre suas orelhas de burro, permanece prisioneiro da ilusão de re-instaurar a Ordem e corrigir todas as Injustiças do reino.

O reaparecimento do Gênio da Floresta, sob o disfarce do preceptor sem nome, tem como função, ratificar, em um só depois, a não inscrição do significante do Nome-do-Pai. As orelhas de bicho, marca do pai real, não foram substituídas pelo pai simbólico, inaugurando a constituição da primeira metáfora, instauradora de uma falha, em torno do qual se funda o desejo.

O rei não pode exercer nem a função de pai real, como agente da castração, nem a função de pai imaginário, como agente da privação, porque a mensagem materna é a de que ele foi incapaz de engravidar a rainha. É, também, por causa dele que o reino, agora, claudica. Um rei sem virilidade nunca pode ter sido o objeto do desejo da rainha. Logo, este objeto só pode ser o príncipe, cujo destino é o de ocupar o lugar vazio deixado pelo rei. Essa imagem de impotência, transmitida pela palavra da mãe, será confirmada, quando o príncipe, ao tomar conhecimento de suas orelhas de burro, sai, pela primeira vez, dos muros do palácio, e vai andar pelas cercanias de seu reino:

- O Urso!... Lá vem o Urso!... repetiram várias vezes à roda de Leonel. O tom dessas vozes excluía o respeito; acusava, mesmo, escárnio; (...)

“Com efeito!” pensou o príncipe Leonel “parece um urso! Tem-se feito um usro!” (...)

De facto, o bom rei Rodrigo acabara-se muito nos últimos anos. Nem ainda tinha idade para tal decadência. (Régio, 1978, p.154)

Inesperadamente, um riso meio abafado rastilhou nas primeiras alas do povo, comunicou-se às que mal sabiam do que se tratava. É que ao descer, e apesar de se apoiar em Leonardo e no preceptor, El-Rei tropeçara nas próprias vestes largas e longas; tivera um modo aflito, quase grotesco, e um galão de que se despenha. (p.155)

Leonel disse consigo, espantado: “Mas sim, parece um urso! Está velho! decrépito! Como tenho eu podido não ver a sua velhice? Só hoje...” O seu espanto misturava-se de inquietação, e.. como poderá dizer-se?... duma espécie de alegria. Parecia a Leonel que novos sentidos se lhe estavam desabrochando. “Velho... decrépito... um urso...”(p.155-156)

Diante do reconhecimento público da impotência do rei, Leonel, constatando que seu pai está velho e que seu governo apresenta muitas falhas, conclui, logo em seguida: “— Se um dia fosse rei, ouviria todas as justas reclamações, procuraria atender...”(Régio, 1978, p.159) O uso do condicional é só porque, nesse momento, acabou de descobrir suas orelhas de burro e está em dúvida se poderá com este feito assumir o lugar de rei de Traslândia. Logo essas incertezas se desfazem e ele constrói um delírio paranóico, cercado por certezas de todos os lados. Revelando sua deformidade e sendo aceito pelo povo, governará em nome da Verdade, eliminando a injustiça de seu reino e o transformando em modelo exemplar para o mundo:

(...) Não posso começar o meu reinado sob o signo da hipocrisia, da falsidade, da dissimulação, da duplicidade, da mentira... Bem sei que essas forças diabólicas governam o mundo. Mas sonhei um bocadinho do mundo em que elas não governassem. Esse bocadinho seria o nosso reino de Traslândia; e de aqui se propagaria ao resto do mundo a grande revolução, a única revolução progressiva, que é a de dentro de nós contra a nossa depravação. Da verdade que possa haver nas minhas palavras duras, — não tenho, pois, perdões a pedir. Essa, foi Deus que aí a pôs! Te-

mos, todos, de nos curvar a ela, porque nos excede. (Régio, 1978, p.291)
 — Não estou louco! Antes nunca soube tão bem o que digo e faço. Vou mostrar-vos, a todos, que sou um monstro, para que me não aceites como vosso rei senão conhecendo a minha disformidade. Cartas na mesa!, e comece o novo mundo. (p.288-289)

Para Leonel, a realidade se constitui na junção do imaginário com o real, sem mediação simbólica. Ou seja, a pregnância imaginária sobre o simbólico faz com que a realidade se apresente para ele como um prolongamento especular do seu eu. A certeza delirante de que “eu sou a Verdade” adquire um sentido pleno e totalizante, porque o Nome-do-Pai, como representante do Outro sob a forma de Lei, não foi inscrito em sua subjetividade. Dessa forma, sem remate, os significados proliferam e tudo o que o cerca é reduzido à função que atribuiu a si mesmo: o concerto do mundo. Essa versão paranóica do saber explicita a prática hostil, agressiva e violenta que está em jogo nessa estrutura clínica. Todos terão que se submeter a quem porta este saber com valor de Verdade. E quem se contrapõe a essa Verdade encarna o Mal, torna-se inimigo e, como tal, deve ser combatido. No comportamento de Leonel, podemos identificar uma série posturas, próprias à estrutura paranóica: os delírios interpretativo, altruísta e de grandeza. A sua missão é transformar o reino de Traslândia, o que irá servir de exemplo para o mundo (delírio de grandeza). Qualquer contingência é interpretada como destino, ou seja, como o que já está escrito e, como tal, previsto. Assim, todas as adversidades da existência e todas as discordâncias ao seu projeto reformador são traduzidas como tramas diabólicas e, como tais, a encarnação do mal a ser extirpado (delírio interpretativo). Nada abala sua convicção de implantar a fraternidade entre os homens (delírio altruísta), porque o bem de todos é o

que considera o bem para si mesmo. O príncipe, aquele que foi escolhido para suceder ao trono de Traslândia, foi também, tal qual Moisés, o escolhido por Deus para disseminar a máxima cristã do amor ao próximo.

O caráter paranóico de Leonel encontra-se com o ideal de autenticidade de José Régio, tão veementemente defendido em seus textos sobre a literatura e em suas teorizações sobre as diretrizes estéticas de Presença. Neste momento, podemos apontar o encontro do ideal estético de José Régio com quem mais influenciou o romantismo português e que Lacan considera um paranóico de gênio: Jean-Jacques Rousseau. Tanto Leonel, quanto Rousseau acreditam na transformação do mundo, através do governo de um Legislador Virtuoso que irá modificar os homens e implantar o amor fraterno entre eles:

Aquele que ousa empreender a instituição de um povo deve sentir-se com capacidade para, por assim dizer, mudar a natureza humana, (...) O Legislador, sob todos os aspectos, é um homem extraordinário no Estado.(...) A grande alma do Legislador é o verdadeiro milagre que deverá autenticar sua missão. (Rousseau, 1973, p.63-65)

(...) Dizem que as tramóias dos deuses não podem ser escancaradas ao vulgo. Dizem que a mentira, a astúcia, a duplicidade são necessárias ao governo do mundo. Assim dizem e em consequência procedem: No mundo inteiro a grande política é a da falsidade, a da intenção reservada; (...) Pois bem, esta diplomacia de falsidade também não dá resultado! Já se viu que não dá resultado. Por que não experimentar o contrário? Por que não tentar a verdade, o esforço pela sinceridade, a humildade luminosa? (Régio, 1978, p.282-283)

Apreocupação febril com a sinceridade é um dos traços que une Rousseau, José Régio e o príncipe Leonel. E, tal qual o ensinamento de Cristo, negam a humanidade do homem pela via do significante, para irem encontrar na natureza o estado original de um suposto ser do homem, que tem como essência a pureza da alma. Leonel e Rousseau se acreditam especiais e acima de todos os escolhidos, porque a chave da Virtude está no compromisso de dizer Toda-a-Verdade. Rousseau abre o seu livro *As Confissões*, dizendo:

Tomo uma resolução de que jamais houve exemplo e que não terá imitador. Quero mostrar aos meus semelhantes um homem em toda a verdade de sua natureza, e esse homem serei eu. (...) Somente eu. (...)

Que a trombeta do juízo final soe quando ela bem entender, eu virei, com este livro na mão, apresentar-me diante do juiz supremo. Direi resolutamente: eis o que fiz, o que pensei, o que fui. (Rousseau, 1965, p.15)

E Leonel discursa diante de seu povo:

(...) Quis Deus, porém, insuflar-me coragem para um momento de santidade: aquele em que me vou mostrar tal qual sou, e humilhar-me e confessar-me diante de vós todos. Sem isso, nada eu poderia tentar. Como exigir de outrem sinceridade, humildade, boa vontade, coragem, - começando eu por vos enganar a todos? por consentir em que andeis iludidos comigo? É preciso que bem conheceis, em toda a sua monstruosidade, o rei que ides ter. É preciso que me aceiteis conhecendo-me! É preciso que vos dê o exemplo de quanto exigirei de vós. (Régio, 1978, p.293)

Da relação especular entre o eu e seu duplo, nasce o delírio de auto punição e o desprezo por si mesmo:

Foi o meu profundo desgosto de mim próprio - que me deu olhos com que visse a fealdade e a malvadez gerais. Pois não nos consolamos, até, do mal que sentimos em nós, procurando, contemplando, exagerando o mal nos outros? (Régio, 1978, p.292)

(...) Foi preciso ver-me tal qual era, e sou, abaixo do mais vulgar homem normal de entre vós, abaixo de qualquer dos vossos aleijados, pois o meu aleijão é caso único no mundo..., - foi preciso isso, para, em verdade, ver alguma coisa. (p.293)

Minhas paixões são violentíssimas e quando me dominam não há nada que iguale sua impetuosidade: não conheço mais consideração, nem respeito, nem medo, nem decência; sou cínico, ousado, violento, intrépido: não há vergonha que me faça parar, nem perigo que me meta medo: fora do único objeto que me ocupa, o universo não mais existe para mim. (...) Não terminaria nunca com esses detalhes se quisesse seguir todas as veredas pelas quais, durante meu tempo de aprendiz, passei da sublimidade do heroísmo à baixeza dum patife. (Rousseau, 1965, p.15)

O Outro, reduzido ao outro com valor de Outro Absoluto, é a quem a fala de Leonel se dirige. O Outro, para Lacan, não é “o lugar onde se constitui o eu que fala com aquele que ouve”? (Lacan, 1985, p. 308) Logo, toda fala implica em um Tu, que não se apresenta como sinônimo de semelhante, mas sim como sinônimo de Outro como lugar da alteridade. Um lugar que não pode ser reduzido a nenhuma relação de simetria e de reciprocidade. O Tu como significante do Outro já é radicalmente diferente do eu.

Mas, para o paranóico, este Tu não tendo valor de significante é reenviado diretamente para esse Outro Absoluto que observa tudo, que sabe tudo, fala e que emite ordens. Dele emana algo, esclarece Lacan, que tem alguma relação com a lei, “mas uma lei sem dialética”, uma lei que surge como um “imperativo categórico”.(Lacan, 1985, p. 311) Leonel em momento algum duvida de sua missão enviada por esse Tu categórico. Lacan nos ensina, no *Seminário 3, As Psicoses*, que esse Tu adquire um caráter de corpo estranho. E, justamente por isto, o eu recebe, sob a forma de delírio, uma ordem inquestionável. Mas se as relações que se estabelecem entre o eu e o tu como Outro Absoluto (Outro não castrado = Outro sem barra) são de inteira reciprocidade, como poderá ser experimentada a exterioridade deste Outro Absoluto, do qual tudo se origina? É pela via da especularidade que a estranheza desse Outro irá se abater sobre o próprio eu e sobre todos os homens que, como semelhantes, são reflexos especulares do próprio eu. É a imagem de Leonel como príncipe perfeito que se tornará estranha para ele mesmo, quando se vê com orelhas de burro. É nesta imagem hedionda, incorporação desse tu como Outro Absoluto, que Leonel não se reconhece e por isto foge do palácio e abdica, temporariamente, de sua missão real. Depois, convencido da grandeza de sua missão, momento em que seu eu se funde com este tu (seu duplo especular), ele se torna o Grande Reformador de Traslândia, escolhido por Deus. Quando Leonel se apresenta para seu povo como Eu sou a Verdade..., ele incorporou de tal forma esse Outro, que, agora, com uma firmeza inabalável, ele pode dizer: Eu tenho uma missão... A mim foi delegado... E nada e ninguém me impedirá de seguir o caminho do Bem, da Verdade e da Justiça... Eis uma fala, sob a forma de delírio, onde “os significantes se põem a falar, a cantar sozinhos.” (Lacan, 1985, p.331) Na estrutura subjetiva desse personagem faltou o significante que iria impedir sua relação sem fronteiras com o

Outro, porque iria trazer o rigor da diferença, fazendo com que, por mais imaginarizado que este Outro fosse, permanecesse sempre como o desconhecido, o impegável. Este Outro, como o lugar de onde se origina a fala, reaparece pela via da especularidade, como sendo o seu próprio eu. Por isto Lacan nos ensina que a linguagem fala sozinha e para que um sujeito seja falado por ela, é preciso que se realize a inscrição do significante do Nome-do-Pai pela via da metáfora. Só assim é que se adquire o dom de pertencer à espécie humana. Leonel não tem mais orelhas de burro. Suas orelhas são “finas, nem grandes nem pequenas, graciosamente relacionadas com o desenho do crânio e da face.” (Régio, 1978, p.301) Será que ele já as teve um dia? A marca de estranhamento com o seu próprio corpo sumiu, no momento em que seu eu se funde imaginariamente com o Outro Absoluto, deixando assim de existir. E Leonel em puro estado gozante, onde se vê como o mais lindo, o mais perfeito e o mais sábio de todos os homens, à deriva do gozo do Outro, desaparece deste mundo. Morto, a sua formosura revela, parodiando Lacan, como seria bela uma mulher... Galaaz também se ofereceu ao gozo do Outro, quando sua alma sobe ao céu ... Os poetas barrocos também falam de uma experiência gozante não fálica, onde a vida convive com o vazio da morte... Mas não se trata da mesma coisa. Leonel como personagem não se apresenta como aquele que está vivendo uma imaginada experiência de amor, a partir de uma relação simbólica com o mundo. Leonel, ao contrário de Galaaz, nunca nasceu para a ordem simbólica do mundo. Sem ser marcado pelo Nome-do-Pai, ele morre na condição de sujeito do prazer. Nele, não se deu a passagem do sujeito do prazer para o sujeito do desejo.

(...) De cabeça nua, o príncipe Leonel era mais belo. Onde a monstruosidade?! (Régio, 1978, p.301)

(...) “Meu Deus!” gritava ninterruptamente uma voz de todo o seu ser. E este grito de fogo era, ao mesmo tempo, uma acção de graças e uma súplica angustiada: Agora é que ele queria a vida, agora que vencera a sua disformidade, e era agora que ia morrer, sentia-o. (p.303)

(...) Aquele buraquinho de luz que aumentava, aumentava prodigiosamente, era a porta da evasão; mas já não era uma estrelinha porque era um mar de luz que o engolia, uma alegria insuportável, verdadeiramente insuportável, que o solevava, o derrubava... Morrer, meu Deus!, agora que ia compreender tudo, ter a chave de tudo? Mas este mar de luz ainda seria mundo? Já não seria a morte...? Já não seria outra vida...? (p.304)

Quando deitaram o príncipe Leonel no seu leito de ébano e prata (um dos presentes do bom rei Rodrigo) já estava morto. Morto, o seu rosto era duma beleza sobre-humana. (p.305)

O não-nascimento de Leonel para o mundo, enquanto universo simbólico, cujo ápice é representado alegoricamente pela sua morte, tem um passado a ser historiado. Vamos nos referir, agora, às suas relações com Leonilde e Letícia. Elas são o seu outro especular, na medida em que cada uma, representa, de forma fragmentada, o seu próprio eu. Elas nada mais são do que a duplicação de sua própria identidade imaginária. É nesse sentido que se fala do carácter homossexual da paranóia. Leonilde e Letícia, como instâncias fragmentadas do eu de Leonel, constituem estágios diferentes no processo evolutivo do seu delírio. Leonilde, a que se apresenta como extensão da imagem que Leonel tem de seu próprio

corpo, é escolhida antes da descoberta de suas orelhas de burro:

(...) os corpos de Leonel e Leonilde pareciam as duas metades perfeitas dum corpo ideal completo, um par unificado, em que a força e a seca elegância varonis se fundissem, (...) (Régio, 1978, p.102-103)

A semelhança fônica entre os nomes, assinalada pelo segundo narrador, não deixa de indicar a profunda ironia do autor em relação a esta paixão:

Leonel... Leonilde! Até a maravilhosa coincidência dos seus nomes parecia indicar que desde a pia baptismal casara um alto destino as suas estrelas fulgurantes. Leonel... Leonilde!... (Régio, 1978, p.103)

Essa ironia é, por sua vez, reiterada, na atribuição dada a esse par, anulando a diferença entre os sexos: a força e elegância **varonis**. Este carácter homossexualizante explicita-se quando Leonilde, conversando com o príncipe que, nesse momento, estranha a sua própria imagem, vendo-se com orelhas de burro, diz-lhe:

— Se vós fôsseis imperfeito, (...) não vos aceitaria; não vos amaria, porque não séries vós! (...) Amo-vos porque sois o homem mais perfeito que encontrei; e porque não creio poder jamais encontrar outro semelhante... (Régio, 1978, p.226)

Leonel, já se vendo como um monstro disforme, substitui a imponência da formosura de Leonilde por outro duplo especular. Letícia, ironicamente, mostra-se como extensão de sua nova imagem corporal:

(...) parecia mais velha sendo mais nova, era uma criatura quase lastimável com o seu modo triste, recolhido, o seu longínquo sorriso como forçado, e os seus olhos a que mal se via a cor, por quase sempre baixos, num oval de rosto pálido e magro. Dir-se ia uma serva atrás duma rainha. (Régio, 1978, p.104)

Letícia não só configura a concretização da Virtude aos olhos do príncipe, mas também irá ver nele a sua própria imagem, já que passa amá-lo, repentinamente, assim que lhe é revelada pelo próprio príncipe a sua disformidade:

— Sou belo! sei que sou belo em todo o resto do meu corpo. Mas tenho uma anomalia grotesca... um pequeno defeito mas ridículo... terrível... que mulher nenhuma ainda viu... ninguém... só os que me criaram... (...)

— Eu próprio não sabia... - murmurou ele arquejando do imenso esforço.

(...) Oh! — suspirou ela - meu querido!

(...) Não vos faço horror...?

(...) É agora que vos amo... (...) Sou vossa quando me quiserdes... até à morte... (Régio, 1978, p.232-233)

O príncipe é um personagem morto-vivo, situado além do mundo e da vida, que ora se embevece com seu próprio eu, ora se estranha com ele, até que passa a encarnar o Outro Absoluto, e se afoga entorpecido numa imagem em que se fundem a Beleza harmoniosa de seu corpo com a Sabedoria plena de seu ser. E Leonel desfalece em gozo mortal, diante do seu povo, que reconheceu nele o que ele sempre acreditou que fosse: um ser a quem nada falta, um príncipe que não tem e nunca teve orelhas de burro.

Assim revela-se a imagem do morto que sempre foi, retornando ao inanimado. Um morto-vivo imerso no Gozo do Outro, face do gozo feminino, o qual só Deus tem a chave. Leonel experimentou esse gozo pleno, mas levou consigo o segredo de sua experiência gozante. Permanecemos na ignorância. E o que restou foi um corpo morto, cumprindo a profecia divina: tu és pó, e em pó te hás de tornar.

REFERÊNCIAS

- Amadis de Gaula. (1996). Ed. Juan Manuel Cacho Bleca. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996. Col. Letras Hispánicas.
- BENJAMIN, Walter. (1963). *Origem do drama alemão*. São Paulo: Brasiliense.
- LACAN, Jacques. (1885). *O seminário, livro 3, as psicoses*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PESSOA, Fernando. (1976). *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar.
- Pires, Antônio Machado. (1982). *D. Sebastião e o encoberto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Régio, José de. (1977). *Páginas de doutrina e crítica da presença*. Porto: Brasília Editora.
- _____. (1987) *O príncipe com orelhas de burro*. Porto: Brasília Editora.
- Rousseau, Jean-Jacques.(1965) *As confissões*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro.
- _____. (1973). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, Col. Os Pensadores

¹ A guerra contra Marrocos, considerada por alguns historiadores, “a última cruzada da Cristandade mediterrânea”, foi um verdadeiro fracasso: Portugal perdeu seu rei, seu exército e sua independência. Felipe II, primo do rei por parte de sua tia, D. Maria, anexa Portugal à coroa de Espanha, em 1580, derrotando o idoso cardeal Henrique, tio de D. Sebastião. Segundo Lucette Valensi, “a partida de Lisboa ocorreu em 24 de junho, dia de São João. Escolher o auge do verão para lançar uma guerra na África, com o tipo de armadura usada pelos soldados, era conduzi-los ao matadouro. Ora, tendo chegado a Arzila em meados de julho, o exército de D. Sebastião ainda perdeu tempo e só se pôs em marcha no fim do mês. Deixou então a costa e embrenhou-se, ao encontro do exército de Abd al-Malik. (...) O enfrentamento ocorreu na segunda feira, 4 de agosto, por volta das onze horas da manhã, nas vizinhanças do rio wad al-Makhazin” (Valensi, 1994, p. 13-14). Como foi a derrota? O que aconteceu com o corpo do rei? As notícias demoravam a chegar e eram contraditórias. Além das dificuldades impostas, em virtude dos recursos utilizados para a transmissão das informações, eram poucos os sobreviventes da guerra. A maioria ou estava morta ou aprisionada em Marrocos. Sem falar na censura. Segundo documentos da época, os governadores, esconderam o fato de que Portugal estava sem seu rei, e nem, ao menos, tinha o seu corpo para os rituais fúnebres. Todos que saíam e entravam no reino eram detidos e todas as cartas eram apreendidas. A própria crença de que o rei, o Desejado, não estava morto, tinha conseguido escapar e estava escondido em algum lugar, dá origem à versão do Encoberto e de todas as lendas que irão se constituir em torno desse rei. Os sucessivos enterros que foram realizados reforçam inclusive essa crença. Em 7 de agosto de 1578, por ordem de Ahmad a-Mansur, portanto três dias depois da grande batalha de Alcácer Quibir, o corpo do rei teria sido sepultado em Marrocos, tendo como testemunha um nobre português e dois oficiais marroquinos. Em Lisboa, no fim de agosto, e em Belém, no dia 19 de setembro, os rituais fúnebres são realizados sem o cadáver do rei. O terceiro funeral será realizado em dezembro do mesmo ano, quando o corpo do rei é desenterrado e levado para Ceuta, entregue ao governador espanhol, que, por sua vez, o entrega aos padres trinitários para ser sepultado. Quatro anos depois, o fortalecimento da crença do retorno do Encoberto, não agrada ao rei Filipe, então já rei também de Portugal. Em novembro de 1582, este rei manda buscar o cadáver de D. Sebastião. Conta Lucette Valensi: “Novo transporte, por mar, de Ceuta ao Algarve; novas cerimônias fúnebres, em presença de membros do alto clero e da nobreza, em Faro, enquanto se espera que Filipe II chegue à Lisboa. Ao chegar à capital portuguesa, ele envia ao Algarve personagens de sua corte, que deviam escoltar o cadáver de Sebastião até Belém. Desta vez, o corpo de Sebastião é transportado em grande pompa, acompanhado de notáveis do reino, o esquife coberto de um pano de ouro, a equipagem precedida de uma imensa cruz dourada. O cortejo desfila lentamente e se mostra a todo o reino. No caminho ainda ocorre um cerimonial espetacular. O cortejo se detém em Évora, onde se encontravam as tumbas dos infantes, filhos dos reis Manuel e João III. Eles são exumados para serem transportados com Sebastião: ritual ostentatório de agregação de Sebastião ao mundo dos mortos e, simultaneamente, em consideração aos portugueses, demonstração de que Sebastião está realmente morto” (VALENSI, 1994, p. 34). Mas a estória não acaba aí. Um século depois, Portugal já libertado do jugo de Espanha, o rei D. Pedro II manda exumar os restos de D. Sebastião, colocando-os em um túmulo, semelhante aos dos reis D. Manuel, D. João III, ao do cardeal D. Henrique e à da rainha Catarina. Outro episódio interessante ligado à tentativa de abolir a morte do rei são os homens que irão tomar a sua identidade, fazendo-se passar pelo rei ou acreditando - quem sabe? - que encarnavam o espírito do próprio rei. São eles: o Rei de Penamacor (1584), o rei da Ericeira (1585), o pasteleiro de Madrigal (1594) e Marco Tullio Catizone, o calabrês (1598-1602).

Um jovem noviço carmelita, expulso do convento de Nossa Senhora do Monte Carmelo, em Lisboa, apesar de moreno (e D. Sebastião ser louro), instala-se num convento abandonado, em Penamacor, pequeno vilarejo na fronteira entre Portugal e Espanha, e começa a receber fiéis. Logo se espalha a notícia de que ele é o rei D. Sebastião. O rei de Penamacor, como ficou conhecido, é preso e condenado a remar nas galés.

Matheus Alvares tinha a pele clara, a barba ruiva e a idade que teria D. Sebastião se estivesse vivo. Ele é aclamado rei de Ericeira, distribuindo títulos de nobreza, e, com o apoio da comunidade, organiza grupos armados. Passa a fazer despachos por todo o reino, anunciando o seu retorno, isto é, o retorno de D. Sebastião. Depois de algumas lutas travadas, Matheus é preso, em junho de 1586, e levado a Lisboa. O rei da Ericeira, antes de ser enforcado, tem a sua mão direita cortada. Sua cabeça e os pedaços de seu corpo são exibidos em Lisboa.

Os episódios, que envolveram o pasteleiro de Madrigal, Gabriel de Espinoza, estão ligados à trama política em torno da tentativa de depor o rei Filipe II e colocar, no trono de Portugal, D. António, prior do Crato. A conspiração, tecida pelo frade agostiniano, Frei Miguel dos Santos, amigo e confessor do prior do Crato, envolve D. Ana, filha de D. João da Áustria e sobrinha de Filipe II, que estava, desde os seis anos de idade, confinada no convento de Madrigal. O frade Miguel dos Santos, também confessor de D. Ana, a convence de que o pasteleiro Miguel de Espinoza é seu primo, o rei desaparecido em Marrocos. Quando ela já estava preparada para se casar com ele, Miguel Espinoza é preso e acusado de roubo de jóias. Gabriel de Espinoza é condenado à morte, em agosto de 1595. O frei Miguel dos Santos é enforcado no mesmo ano, em 19 de outubro. E a princesa, D. Ana, é transferida para outro mosteiro e condenada ao silêncio e à reclusão, durante quatro anos.

Marco Tullio Catizone, chamado de Calabrês, porque originário de uma aldeia da Calábria, se instala em um bairro pobre de Veneza e, mesmo quase não falando português, se diz português. A partir de junho de 1598, começa a correr o boato de que ele é o rei D. Sebastião. Em março de 1599, o embaixador de Espanha consegue que ele seja preso e condenado à prisão perpétua. D. João de Castro, neto do vice-rei D. João de Castro, sebastianista dogmático e defensor de que D. António, prior do Crato, deveria ser o rei de Portugal. Vai visitar Marco Tullio Catizone, na prisão, e se convence de que ele é o rei D. Sebastião. A partir daí, os portugueses se mobilizam, mandando carta, inclusive, para os que estavam espalhados na Europa. Em dezembro de 1600, Veneza liberta Marco Tullio, exigindo que ele deixe a cidade em três dias. Vários portugueses o esperam na saída na prisão. Com alguns partidários, ele sai de Veneza, disfarçado de monge, é detido em Florença, transferido para Nápoles e acaba caindo em mãos dos espanhóis. Começa o seu processo. Em maio de 1602, é condenado às galés. Os portugueses continuam arrecadando fundos para tentar a sua libertação. É condenado e morto, em 1603. Como não podia deixar de acontecer, os seus defensores, que não eram nem religiosos nem nobres, foram também condenados à morte. Marco Tullio foi, dentre todos, o que mais deixou dúvidas se não era de fato o próprio rei D. Sebastião.